



Revista do Corpo Discente do Programa
de Pós-Graduação em História da UFRGS

A FORMAÇÃO HISTÓRICA BRASILEIRA: PERSPECTIVAS MARXISTAS

Alexandre Piana Lemos¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo fazer uma revisão das principais correntes interpretativas da historiografia marxista brasileira contemporânea no que diz respeito à questão da formação histórica do Brasil e dos rumos do desenvolvimento nacional no século XX. São analisadas três vertentes interpretativas diversas entre si, cujos representantes mais importantes são Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Fernando Henrique Cardoso.

Palavras-chave: Historiografia Brasileira. Nelson Werneck Sodré. Caio Prado Jr. Fernando Henrique Cardoso. Marxismo no Brasil.

1. Introdução

O Brasil do século XX foi palco de grandes transformações. Assistimos, ao adentrarmos o novo mundo do capitalismo global e das democracias de massa, a uma modificação violenta das estruturas tradicionais de nossa sociedade. Neste contexto, muitos intelectuais, historiadores e cientistas sociais tentaram interpretar a nossa realidade, muitas vezes buscando no passado as raízes de nossa situação presente, dando origem à grande tradição ensaística brasileira. Estes autores preocuparam-se em definir as especificidades da formação social brasileira e tentaram, a partir desta definição, discutir quais seriam os rumos que o Brasil deveria seguir, no século XX, para desenvolver-se enquanto Nação autônoma e forte e consolidar-se enquanto Estado moderno.

Objetivamos, neste trabalho, fazer um balanço historiográfico de uma destas vertentes interpretativas: aquela de orientação marxista. Interessa-nos verificar como alguns dos intelectuais brasileiros, utilizando-se do aporte teórico e metodológico do marxismo, encararam a questão da formação social brasileira e do desenvolvimento do Brasil no século XX.

Selecionamos, para este fim, três vertentes interpretativas marxistas que julgamos serem as mais relevantes e representativas e tentamos mostrar os pontos de convergência e divergência entre elas. Primeiramente, aquela representada por Nelson Werneck Sodré, que foi a posição oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em seguida, a interpretação clássica, influente e singular de Caio Prado Jr. Por fim, a interpretação de embasamento marxista desenvolvida pelos teóricos da Nova Dependência, cujo expoente máximo foi Fernando Henrique Cardoso.

2. Nelson Werneck Sodré e o PCB

Nelson Werneck Sodré foi um dos mais proeminentes intelectuais de sua geração. Historiador e cientista social marxista, foi um dos pioneiros, no Brasil, na aplicação do materialismo dialético enquanto método válido para a compreensão da realidade social de nosso País. Em meio à discussão acalorada que se vivia na época, a respeito do caráter nacional e dos rumos que a Nação deveria seguir, Sodré ousou. Em vasta obra, procurou interpretar o Brasil em que vivia, mergulhando em nossas raízes históricas na esperança de ali encontrar algumas respostas que pudessem servir para guiar nossa ação no presente.

Foi neste intuito que Sodré escreveu seu principal trabalho, *Formação Histórica do Brasil*, o qual possuía, nas palavras do próprio autor, a ambição de ser uma obra de revisão histórica, que interpretaria a História brasileira sob um novo ângulo (para a época): à luz do materialismo histórico. Esta opção metodológica, bem como o referido fim almejado pela obra, estão expressos no seu prefácio.

Tal revisão, que é menos ligada a acontecimentos e a figuras do que ao processo, apreciado segundo métodos novos de interpretação, não deriva de um interesse acadêmico, deriva da necessidade de conhecer os antecedentes que, em seu desenvolvimento, levaram o País à situação em que se encontra, vistos de um ângulo objetivo. (SODRÉ, 1990, IX).

É preciso, antes de discutir as teses principais da *Formação Histórica do Brasil*, situar as posições de Sodré no contexto maior de sua época. Boa parte das reflexões do autor foi produzida dentro dos quadros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). O Instituto foi um organismo de pesquisa de cunho bastante heterogêneo, que buscava analisar a realidade brasileira e refletir acerca de questões como nossa herança colonial e os rumos a serem tomados para o desenvolvimento da Nação.

Desenvolvimento e modernização eram, aliás, as palavras de ordem à época em que foi publicado *Formação Histórica do Brasil* (1962): o Brasil precisava, assim como a América Latina, em geral, concluir a sua incipiente industrialização para afirmar-se enquanto Nação soberana na nova ordem mundial que se desenhava. Este era um discurso muito em voga na época; opunha-se ao tradicional discurso da “vocação agrária brasileira”. O Brasil, para os chamados “desenvolvimentistas”, de nação agrário-exportadora, deveria tornar-se plenamente industrial – e os governos populistas que despontaram a partir de Getúlio Vargas pareciam seguir nessa direção.

Esta era a posição do ISEB e esta foi a posição de Nelson Werneck Sodré. Dentro do Instituto, no entanto, Werneck Sodré era um caso bastante singular, devido ao fato de ser militar (era general da reserva) e, ao mesmo tempo, um socialista ligado ao Partido Comunista Brasileiro.

Na verdade, Nelson Werneck era tido como maior expoente intelectual do PCB, e sua obra destacou-se dentro do ISEB por representar as diretrizes interpretativas do Partido Comunista. O seu trabalho, portanto, não é apenas fruto da aplicação do método histórico materialista à realidade social brasileira; configura-se, também, como uma obra engajada, filha de uma posição política determinada. É o próprio Sodré que, ainda no prefácio de *Formação Histórica do Brasil*, afirma: “Não é este, pois, um livro de mera especulação: deriva de uma posição política [...] Não a separo, pois, do trabalho que se vai ler; ela faz parte deste trabalho, parte intrínseca: é a sua alma”. (SODRÉ, 1990, IX).

Dito isso, é preciso esclarecer qual era a visão que Sodré (e a maior parte dos quadros do PCB) tinha a respeito da sociedade brasileira. Qual era nossa situação à época e como deveríamos enfrentá-la? A resposta dada foi aquilo que Luiz Carlos Bresser Pereira denominou de interpretação *nacional-burguesa* do Brasil. (PEREIRA, 1982, p. 273).

Segundo esta interpretação, a sociedade brasileira dividia-se em dois blocos distintos: de um lado, uma oligarquia agrário-mercantil, classe dominante tradicional que, aliada ao imperialismo, opor-se-ia ao desenvolvimento industrial do país (sendo os defensores da tese da “vocação agrária brasileira”) e buscava manter o “*status quo* semicolonial, semifeudal e primário exportador” (PEREIRA, 1982, p. 274). O outro bloco seria aquele formado pela burguesia nacional industrial brasileira (não submissa ao imperialismo), pelas classes médias e pelos trabalhadores. Esta burguesia nacional seria aquele grupo que ascendeu ao poder com Getúlio Vargas (quando houve o então

chamado “pacto populista”); de caráter progressista e nacionalista, e aliada às classes trabalhadoras, é ela que deveria conduzir o processo de modernização do país e realizar a primeira etapa de nossa revolução: a revolução burguesa, que libertaria o Brasil do grande latifúndio e dos “restos feudais”.

A grande questão aqui é, então, entender o que Sodré buscou dizer através da expressão “restos feudais”. Se eles representavam o nosso atraso, era preciso ver em que consistiam e como tiveram origem em nossa História. E é aí que entra a *Formação Histórica do Brasil*.

Neste trabalho, como foi apontado, Sodré busca compreender nosso processo histórico utilizando o instrumental analítico do marxismo; é sob o prisma do materialismo histórico e em termos de forças e modos de produção que ele analisará nossa história. Esta opção teórica, inovadora para a época, é explicitada pelo autor, que afirma:

[...] o fato isolado, o caso único, o episódio irrepetível, não são suscetíveis de tratamento científico, - não pertencem ao domínio da História. A base da vida em sociedade é a produção [...] O grau de desenvolvimento dos instrumentos de produção indica o poder da sociedade sobre a natureza, o seu grau de desenvolvimento. As épocas econômicas distinguem-se não pelo que os homens produzem, mas como produzem.
[...] a sociedade, ao longo do tempo, conheceu diversos regimes de produção: a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto deste livro, mostra não só a vigência aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada uma daquelas formas, de cada um daqueles regimes de produção, salvo o último [...]. (SODRÉ, 1990, p. 3-4).

Werneck deixou claro, então, que pretendia ler em nosso processo histórico o desenvolvimento dos modos de produção – do primitivo ao capitalista; a expansão das forças produtivas e suas contradições poderiam explicar o caso brasileiro, se tal referencial teórico fosse manejado habilmente, levando em consideração as especificidades brasileiras.

Segundo Sodré, o Brasil que os portugueses encontraram era uma comunidade primitiva – fomos descobertos na primeira fase de nosso processo histórico. A obra da colonização portuguesa foi justamente a de nos levar ao estágio do escravismo, à montagem de um sistema escravista monocultor que atendia às necessidades do empreendimento mercantil português. O nosso modo de produção escravista seria, contudo, bastante peculiar, porquanto derivado não da decadência da comunidade primitiva aqui existente (da contradição das forças e meios de produção), mas

implementado pelos colonizadores que vinham de fora, os quais, eles mesmos, encontravam-se em um estágio evolutivo posterior – o feudal.²

Ao escravismo dominante nos primeiros séculos de nossa existência, teria se seguido – bem de acordo com o paradigma marxista que Sodré segue –, uma espécie de feudalismo ou semifeudalismo. Esta é, sem dúvida, a tese mais polêmica da *Formação Histórica do Brasil*, e foi causa de discórdia entre Sodré e outros intérpretes marxistas, como Caio Prado Jr.. Sua afirmação, contudo, é de fundamental importância para a ideia de Brasil moderno que Sodré defende, como veremos mais adiante.

Inegavelmente, afirma Sodré, o Brasil conheceu o feudalismo. O processo através do qual este feudalismo aqui se forma, contudo, é diverso daquele observado na Europa. Isto porque, como o autor evidencia no início da sua obra (procurando evitar as críticas ao seu trabalho como sendo de um “etapismo” que seguiria a vulgata marxista-leninista), o desenvolvimento brasileiro foi muito desigual, comportando etapas históricas diferentes, em partes distintas de nosso território. O autor repara que “é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos traços específicos do caso brasileiro”. (SODRÉ, 1990, p. 4).

Assim, o modo de produção escravista instalou-se no território brasileiro, mas não foi uniforme em todo ele. Em muitas regiões, principalmente naquelas em que a atividade produtora não estava voltada para a exportação (como, por exemplo, nas reduções jesuíticas do Sul do País) as relações de trabalho que se instalaram eram bem diversas, predominando a remuneração em espécie – aproximando, pois, estes regimes, de uma produção do tipo feudal.

Para além da questão da remuneração, contudo, que já distinguiria, por si só, a relação escravista de outra, próxima à servidão, há de se considerar, também, afirma Sodré, que uma relação feudal define-se pelo laço de dependência que se estabelece entre dominante e dominado. Ao longo da história brasileira, a concentração de terras e o fenômeno do patriarcalismo que se desenvolve teriam formado laços de dependência entre senhores e escravos que se assemelhariam aos laços feudais de servidão. Uma ampla vaga de pequenos produtores teria invadido, continuamente, as grandes extensões de terra disponíveis, aí passando a produzir e colocando-se de fora do mercado, tendo ficado sob o domínio de senhores que monopolizavam essas propriedades (SODRÉ, 1990, p. 247-248).

O declínio da escravidão e seu derradeiro fim aceleraram este processo. Com a abolição (que se deu na época em que o sistema capitalista expandia-se em todo globo),

os ex-escravos não se tornaram automaticamente trabalhadores assalariados. A estrutura fundiária brasileira não foi modificada apropriadamente de modo a adaptar-se a um modo de produção capitalista e nosso desenvolvimento industrial e financeiro foi muito lento. Assim, a maior parte daqueles escravos não foi absorvida pelo “mercado” – no Brasil ainda muito incipiente – mas ficou sob o domínio de seus antigos senhores e a relação que passou a existir era, então, uma relação de servidão ou semisservidão. Este é o quadro que Werneck chama de *regressão feudal*, um processo único do caso brasileiro, que se explica por circunstâncias peculiares de nossa própria História: o monopólio da terra pela classe senhorial brasileira, que, às vésperas da Independência, herda o aparelho burocrático e administrativo português e consegue erigir o Estado nacional. Detentoras deste fator de produção primordial que é a terra, as classes fundiárias que se apropriam do poder passam, cada vez mais, a fazer valer seus direitos fundiários e pessoais sobre os trabalhadores em suas terras, num processo de “feudalização”. (SODRÉ, 1990, p. 248).

Assim, na segunda metade do século XIX, com o declínio do trabalho escravo, e paralelamente ao lento avanço do capitalismo e do trabalho assalariado livre, grande parte da população escrava é submetida a um regime de servidão ou semisservidão. (SODRÉ, 1990, p. 247).

Sodré assentou a factibilidade de sua tese na observação das diversas formas de trabalho no campo que conviviam (e, em alguns casos, ainda convivem) no Brasil, e que se assemelhavam muito à servidão (como a parceria, e.g.); estas formas de trabalho servis ou semisservis – em que não há relação monetária estabelecida – conviviam com formas capitalistas.

A tese da existência de formas feudais ou semifeudais no Brasil é rica em consequências. O feudalismo brasileiro, para Sodré, corporifica-se no domínio das oligarquias regionais rurais (no “coronelismo”) e na existência de formas servis de trabalho. Existiria, em pleno século XX, no Brasil, um “feudalismo não codificado” (SODRÉ, 1990, p. 273) a conviver com uma sociedade que tenta ingressar de vez no mundo capitalista.

Esta seria a grande especificidade do Brasil, um país que evoluíra lentamente em direção ao modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que sofrera o dito processo de “regressão feudal”. E seria justamente a coexistência destas duas formas, a feudal e a capitalista (a já referida “contemporaneidade do não coetâneo”), que impedia

o nosso avanço e a nossa modernidade plenos. Era preciso superar nossos “restos feudais” para que a Nação evoluísse. (PEREIRA, 1982, p. 274).

E a superação destes “restos”, como vimos, passava necessariamente pela afirmação da burguesia nacional: o desenvolvimento da indústria nacional, para Sodré e demais pensadores do PCB, era o caminho para que o Brasil se adaptasse às exigências da ordem capitalista mundial. E, também, para que se afirmasse enquanto Nação autônoma, subtraindo-se ao controle do imperialismo norte-americano e das forças nacionais (agrário-exportadoras, “feudais”) mantenedoras do *status quo* de submissão. (PEREIRA, 1982, p. 274). Os grandes latifúndios pouco produtivos, então, seriam o *locus* por excelência de uma classe parasitária, responsável pelo atraso industrial do país e pela condição de miséria e semisservidão em que se encontravam os camponeses, devendo, como tais, ser combatidos através da reforma agrária.

O Brasil de Sodré, assim, deveria combater duas forças: uma interna, contrária à modernização plena do País – representada pela classe agrário-exportadora – e uma externa, a do imperialismo norte-americano, que atentava contra a soberania do país e que visava à manutenção do *status quo* que as classes feudais representavam. (PEREIRA, 1982, p. 274).

Sodré, assim como a maior parte dos membros do Partido Comunista, não considerava, então, num primeiro momento, a burguesia nacional como inimiga; por certo período, era ela quem deveria, aliando-se aos trabalhadores, derrubar aquela sociedade semifeudal e realizar uma revolução sócio-democrática. (PEREIRA, 1982, p. 274). Assim como os social-democratas russos do início do século, os representantes da interpretação “nacional-burguesa” não viam o país preparado ainda para uma revolução socialista. Assim, antes que ela ocorresse, afinal de contas, era preciso superar a “etapa feudal”, que emperrava o desenvolvimento das forças produtivas e atrasava o desenvolvimento integral de nosso capitalismo e, portanto, o advento futuro de uma sociedade socialista.

3. Caio Prado Jr.

Contemporâneo de Nelson Werneck Sodré, a obra de inspiração marxista de Caio Prado Jr. influenciou gerações inteiras de estudiosos. Sua *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, cuja primeira edição data de 1942, é considerada por muitos

como a interpretação definitiva de nossa herança colonial. A exemplo de Sodré, Caio Prado foi membro do PCB e lançou-se na empreitada de interpretar o Brasil de seu tempo utilizando os aportes teóricos do então “novo método”: o materialismo histórico.

A formação teórica marxista de Caio Prado, a exemplo do que ocorrera com Sodré, fez com que ele valorizasse, para explicar nossa formação histórica, as estruturas econômicas (estruturas de produção) vigentes na sociedade colonial brasileira. Em *Formação do Brasil Contemporâneo* (PRADO JR., 1977), ele defenderá que a sociedade colonial e sua estrutura de classes são o reflexo da base material a elas subjacente – constatação que lhe rendeu o epíteto de “economicista”.

Caio Prado, assim como havia tentado fazer (com menos sucesso) Nelson Werneck Sodré, não escreve a história dos grandes heróis nacionais, tampouco se limita às tradicionais histórias político-administrativas vigentes em seu tempo. Valorizando os aspectos materiais e as conjunturas estruturais, Caio Prado busca o sentido de nossa formação nas relações sociais, nos interesses de classe e nas determinações que a lógica do capitalismo impôs, desde o início, à nossa sociedade.

Embora faça parte da tradição historiográfica marxista, a interpretação de Caio Prado a respeito de nossa formação afasta-se muito daquela adotada por Nelson Werneck Sodré. Prado sempre foi um espírito independente dentro do PCB e sua interpretação heterodoxa rompeu com a História oficial do Partido (inspirada na visão de Lênin sobre a Rússia do início do Século XX), à qual se vinculavam os trabalhos de Sodré, sendo fonte de discórdias e desavenças. A História de Sodré, que seguia a interpretação oficial da III Internacional e do stalinismo, foi rejeitada por Prado por seu “etapismo”, sua rigidez, sua vulgaridade. (PRADO JR., 1966, p. 34-35). Para Caio Prado Jr., o que faziam Sodré e a esquerda comunista brasileira da época era analisar o caso brasileiro aplicando a ele um modelo teórico geral segundo o qual as diversas sociedades “haveriam necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo”. (PRADO JR., 1966, p. 33). Deste modelo, pois, concluía-se pela existência do modo de produção feudal no Brasil. Partia-se da presunção “admitida *a priori*, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também”. (PRADO JR., 1966, p. 33). Para Caio, isto era inaceitável; significava aplicar modelos teóricos utilizados para interpretar outras sociedades ao caso brasileiro, sem tomar em consideração nossas particularidades.

“Essa maneira de abordar a consideração dos fatos históricos, escusado dizê-lo, é inteiramente descabida”. (PRADO JR., 1966, p. 33). É bem verdade que Sodré defendeu-se dessas acusações, ao afirmar ter consciência de que o modelo europeu de evolução não se reproduziu mecanicamente no Brasil, apontando, como vimos, algumas especificidades do caso brasileiro. No entanto, a simples insistência em utilizar a categoria analítica dos modos de produção já trai a rigidez do modelo de Sodré, que vê a passagem do Brasil pelas cinco etapas, de modo linear e progressivo, como algo *necessário*. Em um trecho da *Formação Histórica do Brasil*, vemos Sodré perplexo, ao tentar explicar como um modo de produção *mais atrasado* instalou-se no Brasil, visto que as contradições das relações de produção (pressuposto necessário à passagem de um modo ao outro) deste mesmo modo já despontaram há muito tempo na Europa: “Como poderia, numa etapa em que preponderava o modo feudal e começava a apontar o modo capitalista em largo esforço, alinhar-se o modo escravista, e encontrar um lugar, se era mais atrasado, se sua produtividade era inferior?”. (SODRÉ, 1990, p. 76-77).

Contra o “o marxismo de Sodré” e do PCB, Caio Prado escreverá uma obra de inspiração marxista que, livrando-se dos jargões do marxismo vulgar, tentará apreender a especificidade do processo histórico brasileiro. No entender de Caio Prado, falar de feudalismo no Brasil é um absurdo, uma aplicação mecânica dos paradigmas marxistas à nossa realidade, e a revolução democrático-burguesa defendida pelo PCB é infactível: para fazermos nossa verdadeira revolução não teríamos de passar por nenhuma das “etapas intermediárias” (mesmo porque, no entender de Caio Prado, como veremos, o Brasil sempre foi, a seu modo bem particular, capitalista).

Bresser Pereira, em obra aqui já citada, classifica a interpretação de Caio Prado como *funcional-capitalista*. (PEREIRA, 1982, p. 279). Esta seria a interpretação adotada por boa parte da esquerda socialista que fora vencida, em 1964, pelo Golpe Militar. A amargura e a inconformidade com a “derrota” teriam levado Caio Prado a escrever outra obra clássica, que condensaria as esperanças e conflitos da esquerda brasileira da época: a *Revolução Brasileira*.

Com o Golpe de 64, o sonho de uma geração de intelectuais marxistas engajados chegara ao fim. A aliança imaginada pelos comunistas entre uma burguesia industrial nacionalista e a classe trabalhadora não passara de uma ilusão: ao primeiro sinal de perigo da ordem burguesa, o “pacto populista” se rompera, e os supostos industriais nacionalistas uniram-se à facção burguesa “entreguista” contra as classes populares.

O fracasso da Revolução sonhada pelos comunistas, para Caio Prado, explicava-se pelo fato de que a teoria da revolução anunciada pelo PCB era “stalinista”: ela não se atinha aos fatos, mas “forçava” os fatos a uma teoria etapista e abstrata, em tudo estranha à realidade brasileira; era uma teoria que queria ditar como a realidade *deveria* ser, de acordo com os dogmas do Partido. Ainda que Caio acreditasse num futuro socialista, sabia bem que o advento deste não possuía uma data definida. O socialismo, para que se tornasse uma realidade, deveria ser construído ao longo de um *processo* de mudanças, estando a ação do revolucionário em contato e em diálogo constante com a realidade brasileira. (PRADO JR., 1966, p. 30-33).

Assim como para Sodré, e para muitos outros ensaístas de tradição não-marxista, como, por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda, o passado colonial, para Caio Prado, era visto como uma herança que assombrava o Brasil Contemporâneo. Caio, porém, não acreditava que este passado colonial, com todas as suas máculas, pudesse ser “apagado” com um golpe ou uma revolução. Ele impregnava o nosso presente e os ritmos de nosso processo histórico; estes ritmos, por sua vez, não eram aqueles ditados pela III Internacional: eram os ritmos ditados pelo nosso próprio passado.

Assim, para Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré e outros intelectuais ligados ao PCB erraram em sua estratégia revolucionária (sendo vencidos pelo Golpe) porque analisaram erroneamente a realidade brasileira. Interpretaram mal os clássicos do pensamento marxista e fizeram uma leitura errônea de nosso passado colonial, por não considerar nossas especificidades. Assim, erraram na leitura que fizeram das estruturas coloniais e impuseram àquela realidade conceitos a ela totalmente externos (pois ligados à História europeia), tais como o conceito de “restos feudais”. (REIS, 1999).

Como foi exposto previamente, Werneck Sodré acreditava que o Brasil, país submetido pelo imperialismo estadunidense, precisava fazer sua transição plena ao capitalismo, superando seus resquícios de feudalismo. Partindo do modelo russo, a primeira etapa da revolução rumo ao socialismo seria a revolução democrático-burguesa, que iria contra o “latifúndio feudal” e o “imperialismo”. Para Caio Prado Jr., esta teorização soava absurda, visto que, afirmava, não existiam “restos feudais” no Brasil, pelo simples motivo de que nunca houve entre nós um sistema feudal. (PRADO JR., 1966, p. 39).

Quando Caio Prado Jr., então, em 1942, publicou sua *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, estava combatendo aquilo que considerava os “dogmas” defendidos pela corrente majoritária do PCB e tentando dar luz a uma nova vertente

interpretativa que pudesse explicar de maneira mais satisfatória a nossa formação colonial.

Como, então, surgiu o Brasil? Deixemos que o próprio Caio Prado nos responda.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes: e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. [...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 31-32).

Neste trecho do capítulo “O sentido da colonização”, estão condensados os pilares fundamentais da visão que Caio tem de nossa formação. O Brasil, para Caio, surge nos quadros da expansão ultramarina europeia do século XVI; nós somos um capítulo desta expansão, parte de um todo, e o sentido de nossa colonização só pode ser procurado na relação com este todo. Desde o início, servimos à metrópole portuguesa, que explorou nossos recursos em proveito próprio. Ao longo de nossa História, não passamos de fornecedores de gêneros primários para o comércio europeu, e tanto nossa economia quanto nossa sociedade foram moldadas por este fato inicial. Este caráter inicial de nossa formação seria o fato fundamental a marcar toda nossa História e explicaria diversos aspectos da sociedade brasileira atual. Em outras palavras, compreendendo-se o “sentido de nossa colonização”, compreender-se-ia quem éramos.

O ponto fundamental da visão de Caio é que a América Portuguesa, ao contrário do que defendia Werneck, é, desde o início, capitalista, pois se inseria no sistema mais amplo do capitalismo mercantil europeu, como uma parte importante daquela engrenagem. Os grandes latifúndios escravistas aqui instalados, longe de configurarem-se como a base de um “modo de produção escravista”, atenderam à lógica do capitalismo mercantil europeu, permitindo a dita acumulação primitiva do capital. (PRADO JR., 1977). O escravismo brasileiro, assim, foi funcional para o capitalismo. Não é por acaso que Bresser Pereira classifica a interpretação de Caio Prado como *funcional-capitalista*. (PEREIRA, 1982, p. 278).

A tese de Caio, portanto, vai de encontro à tese de Werneck e do PCB: o Brasil é capitalista desde o início; nunca existiu entre nós o feudalismo e o nosso escravismo tampouco refletiu nossa passagem por um “modo de produção escravista”. Referindo-se a essa polêmica, José Carlos Reis situa muito bem a posição de Caio Prado:

A abolição da escravidão será a culminação de um modo de produção já implantado desde o início. A substituição da mão-de-obra escrava não afetou a natureza estrutural da grande exploração capitalista. No Brasil colonial, predominou a grande propriedade rural que produzia para exportação e não a pequena propriedade explorada por camponeses. No Brasil não se constituiu uma classe camponesa, que produzisse em pequenas propriedades e em família. O trabalho escravo era coletivo e cooperativo, assim como nas grandes fábricas, e não individual ou familiar, como no feudalismo. Na exploração comercial colonial, a direção e ocupação na exploração do solo foi exercida pelo grande proprietário e não por um camponês, que não havia. O trabalho escravo satisfaz às exigências do trabalho livre, exceto quanto à liberdade individual do trabalhador de ir e vir e ser contratado e distratar. Ambos, escravos e livres, recebem uma compensação pelos serviços prestados - dinheiro ou concessões várias; e ambos lutam por objetivos comuns: a melhoria desta remuneração. O que significa que o trabalho escravo não foi incompatível, mas “funcional” com a acumulação capitalista. (REIS, 1999).

Assim, além de afirmar o caráter capitalista do Brasil desde suas origens, Caio Prado nega a suposta existência de um feudalismo ou semifeudalismo no campo brasileiro. Caio Prado trata de desmentir aquilo que Sodré acreditava serem “resquícios” de nosso feudalismo. Uma relação de trabalho como a “parceria”, por exemplo, nada teria de feudal: ela não passaria de uma relação assalariada cuja remuneração se dá *in natura*; é, portanto, uma relação de produção capitalista.

A polêmica a respeito da existência ou não de um feudalismo no Brasil rendeu áspersos debates entre os representantes das duas posições. Não se tratou, contudo, de um simples embate teórico; tanto comunistas ortodoxos como Sodré quanto Caio Prado acreditavam que a compreensão de nossa formação histórica é que deveria guiar nossos próximos passos no presente. Assim, se a hipótese do feudalismo fosse confirmada, a grande luta que teria de ser travada seria a luta pela propriedade da terra (por parte daqueles que viviam num suposto estado de servidão). Este não era, contudo, o caminho que Caio Prado acreditava ser o melhor para o país. A reforma agrária, em certo sentido, seria um retrocesso: os trabalhadores do campo do Brasil moderno, industrial e *capitalista* deveriam lutar não pela propriedade da terra, mas pelas melhorias nas condições de trabalho, pela aplicação da CLT, pelo salário mínimo etc. (REIS, 1999). Ao contrário do que acreditavam os defensores da tese do feudalismo, portanto, a

reforma agrária não era necessária para o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, simplesmente porque estas já existiam.

Evidentemente, esta tese de Caio Prado não foi isenta de críticas. Isolado dentro do PCB, Caio foi hostilizado e, sua tese, tida como reacionária do ponto de vista revolucionário. Novamente, é João Carlos Reis quem esclarece com maestria a radicalização a que chegaram tais as posições:

O que significa a recusa da "tese feudal" e a sua substituição pela "tese capitalista" para o Brasil desde as suas origens? Os defensores da tese feudal afirmarão que a tese capitalista provoca um recuo, uma concessão ao passado brasileiro. É uma tese "atrasada", "reacionária", que privilegia a continuidade do Brasil colonial em prejuízo da mudança socialista. Caio Prado expressaria um ponto de vista reacionário e atrasado e representaria um recuo, uma regressão na consciência revolucionária socialista. Suas teses protegem a grande propriedade latifundiária da redistribuição. Não seria pelo fato de sua família e ele próprio serem grandes proprietários de terras? Para A. P. Guimarães, a tese feudal é revolucionária, pois se o Brasil fosse capitalista desde a origem, nenhuma reforma profunda da estrutura agrária brasileira seria necessária. Se o Brasil fosse capitalista, a estratégia política que decorreria dessa tese seria meramente "evolucionista": a agricultura teria necessidade de mecanização e crédito e não de reformas fundamentais. É uma tese reacionária, portanto! A tese feudal, a seu turno, teria consequências revolucionárias: o que ela propõe é uma ruptura com um modo de produção vigente e a implantação de um outro, novo; ela propõe a revolução burguesa como uma aceleração do tempo histórico brasileiro, a eliminação do passado, sem concessões aos seus senhores feudais e ao imperialismo. (REIS, 1999).

As críticas de Caio Prado à interpretação "nacional-burguesa", contudo, são mais amplas. Ele se opõe à já referida tese dualista do PCB, que dividia a sociedade brasileira em dois blocos: de um lado, a aliança dos latifundiários feudais com uma burguesia mercantil retrógrada e com o imperialismo norte-americano; de outro, a burguesia progressista e nacionalista aliada aos camponeses e operários para realizar a revolução democrático-burguesa. A grande crítica desferida contra este modelo por Caio já foi aqui referida: a tese da aliança dos trabalhadores com os burgueses nacionalistas não se adapta à realidade brasileira; é um modelo soviético importado.

A burguesia brasileira, para Caio, não é uma classe social dividida; fazendeiros, grandes comerciantes e industriais, embora possuam origens distintas, têm os mesmos interesses. Não existe, assim, uma burguesia nacional que se oponha a uma burguesia comercial e ao imperialismo. Nossa burguesia é homogênea – o próprio desenvolvimento do capitalismo favoreceu a sua integração. O exemplo clássico desta integração, bastante discutido pela historiografia, seria o do setor cafeeiro paulista. Segundo Caio Prado, é nos cafezais que se deve buscar as origens da industrialização de

São Paulo. Deste modo, os dois setores, industrial e agrário, não podem ser contrapostos; estão, na verdade, unidos e representam os mesmos interesses. (PEREIRA, 1982, p. 279).

Para Caio Prado, a incapacidade de boa parte da esquerda da época em perceber a homogeneidade de nossa burguesia e o caráter submisso da mesma aos interesses do imperialismo internacional foi um dos fatores que levou o processo revolucionário a fracassar.

Em suma, a noção de burguesia nacional não constitui unicamente fruto de uma falseada e apriorística visão da realidade brasileira. Ela representa um papel de grande relevo na política oportunista e de largas concessões a interesses estranhos à revolução, em que se envolveram importantes setores da esquerda que com isso se afastaram de sua rota natural e prejudicaram a marcha do processo revolucionário. (PRADO JR., 1966, p. 224).

Em *Revolução Brasileira*, portanto, Caio Prado pretende traçar outro caminho para o Brasil, visto que aquele proposto por sua geração falhou. O Brasil, como vimos, se estruturou voltado para fora, ao inserir-se no sistema capitalista mercantil. Segundo Caio Prado, é a persistência deste modelo inicial que impedia nosso avanço. A *transição* que deveríamos fazer, então, era aquela no sentido de deixar para trás o nosso passado colonial, ainda presente (que no nosso caso significava subordinação ao mercado externo) para avançar em direção a um futuro como Nação moderna estruturada e voltada para o desenvolvimento de nosso mercado interno, ainda incipiente. Em outras palavras, deveríamos avançar de um “capitalismo colonial” – escravista e agrícola exportador – para um “capitalismo nacional”, industrial, no qual as necessidades internas da Nação fossem postas em primeiro plano. Completar esta marcha que Caio Prado acreditava estar a algum tempo em movimento, significava fazer a verdadeira “Revolução Brasileira”. (PRADO JR., 1966, p. 186-187; REIS, 1999).

Para que esta superação fosse realizada, era necessário – em bom jargão marxista – que nossas “forças produtivas” se desenvolvessem para que se potencializassem as contradições do sistema capitalista. Éramos um País capitalista, mas ainda não desenvolvido, nos faltando tecnologia de ponta e maior índice de industrialização; tínhamos muito a avançar.

É neste sentido que Caio considerava a reforma agrária como um retrocesso. O campo brasileiro tinha pouca produtividade, e as condições de trabalho e os salários dos camponeses eram péssimos. A reforma agrária não faria desaparecer estes vícios. Era

preciso, então, integrar estes trabalhadores ao mercado de consumo, transformando-os em produtores e consumidores. Em jargão moderno, deveríamos alargar a base da pirâmide; éramos um País em que poucos (as elites) consumiam: deveríamos realizar a integração das massas, social, política e economicamente. Só assim, pensava Caio, nossa economia interna cresceria e deixaríamos de ser dependentes do mercado externo, realizando, deste modo, uma quebra com nosso passado colonial. (REIS, 1999).

O socialismo seria impensável, segundo Caio Prado, no estágio de desenvolvimento das forças produtivas em que nos encontrávamos; seria preciso, antes, avançar na direção da referida integração. As dificuldades para que este processo fosse adiante, contudo, eram consideráveis.

Primeiramente, vai dizer Caio, o imperialismo nos condenaria ao papel de exportadores de produtos primários, na medida em que nossa economia, especializando-se na produção destes gêneros para atender os interesses externos, deixaria de diversificar sua produção. Os ritmos e a estrutura de nossa economia eram ditados pelos interesses imperialistas. Embora a industrialização tivesse contribuído para uma mudança na nossa estrutura produtiva, ela não acabou com nossa situação de dependência externa – mesmo porque boa parte das indústrias aqui instaladas era multinacional. (PRADO JR., 1966, p. 188). Era preciso superar esta limitação do imperialismo: só assim o Brasil iria afirmar-se enquanto Nação soberana e deixar de ser um País periférico submetido ao sistema mundial de comércio. (PRADO JR., 1966, p.186-187; REIS, 1999).

Para que isso fosse possível, o Estado deveria intervir na economia, reformando-a e limitando o grau de intervenção das potências imperialistas em nossa soberania – com medidas como a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras no Brasil para fora. A interdependência das nações, promovida pelo imperialismo, seria negativa para o Brasil: nosso desenvolvimento deveria ser precedido de nossa soberania. (PRADO JR., 1966, p. 193).

Estas são, em linhas gerais, as ideias que Caio Prado Jr. desenvolveu no que diz respeito à nossa formação e ao nosso futuro enquanto Nação. Sua obra derrubou os dogmas do marxismo vulgar em voga no Brasil de sua época e continua a ser, até hoje, a interpretação marxista que mais influência exerceu sobre os historiadores e cientistas sociais.

4. A Teoria da Nova Dependência e a Obra de Fernando Henrique Cardoso



Em meados dos anos sessenta começou a delinear-se outra interpretação da realidade brasileira, que se diferenciava tanto da visão de Sodré e dos intelectuais do PCB, como da vertente interpretativa inaugurada por Caio Prado Jr.. Influenciada fortemente pelo aparato teórico do marxismo, ela ficou conhecida como a *Teoria da Nova Dependência*.

Esta interpretação foi motivada por uma série de “fatos novos”, tanto na política, quanto na economia latino-americana de uma maneira geral. A entrada definitiva do Brasil no clube das nações industrializadas e capitalistas, tornada evidente com a instalação de diversas multinacionais a partir do governo de Juscelino Kubitschek (e com o crescimento acelerado do parque industrial brasileiro) esvaziou a teoria *nacional-burguesa* de seu sentido: lutar contra supostos “restos feudais” encontráveis na realidade social brasileira não é mais factível. Do mesmo modo, com o Golpe de 64, como vimos, caiu por terra a ilusão de uma aliança entre a burguesia nacional e as classes trabalhadoras. A burguesia brasileira, tanto a agrária quanto a industrial, aderiu à “defesa da ordem” e associou-se às multinacionais, submetendo-se à nova ordem econômica capitalista e dela auferindo vantagens. (PEREIRA, 1982, p. 287-288).

Ficou claro, igualmente, que tampouco se poderiam pensar as novas relações de dependência que se desenvolviam entre a América Latina e as nações desenvolvidas em termos de uma luta contra um imperialismo que condenaria o Continente à estagnação de suas forças produtivas. Os diversos setores da indústria e do comércio brasileiro desenvolviam-se a olhos vistos. Era preciso, portanto, uma nova teoria que desse conta desta realidade.

E quem a formulou de maneira mais brilhante foi Fernando Henrique Cardoso, em seu livro, escrito com a colaboração de Enzo Falleto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Fernando Henrique e Enzo Falleto descrevem os novos tempos como caracterizados pela associação das empresas multinacionais com a burguesia local e com a nova tecnocracia estatal. (CARDOSO; FALLETO, 1970). Este novo “pacto” redefine o modelo de desenvolvimento brasileiro e obriga os autores a pensar em outro modelo de “imperialismo”. E o modelo que descrevem é sintetizado com precisão por Bresser:

[...] reconhecer o fato novo – os investimentos estrangeiros realizados pelas corporações industriais multinacionais – que determina uma nova forma de dependência, desenvolvimentista (ao contrário do que imaginava a

interpretação nacional burguesa, que identificava imperialismo com estagnação), mas excludente. (PEREIRA, 1982, p. 289).

O conceito de “nova dependência” é o fulcro da teoria de Fernando Henrique Cardoso. O Brasil e parte da América Latina – países como o México e a Argentina – não mais se inseriam no mercado internacional enquanto economias exclusivamente agro-exportadoras. O conceito “tradicional” de subdesenvolvimento, criticado por Cardoso, supunha que as economias subdesenvolvidas se caracterizassem pelo predomínio do setor primário, pela pouca diferenciação do sistema produtivo e pelo predomínio do mercado externo sobre o interno. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 26). Os países latino-americanos, contudo, nos novos tempos que se abriam, integravam-se no comércio internacional enquanto economias *industrial-periféricas*. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 125). Eram crescentes os investimentos industriais feitos pelas economias centrais em países periféricos como o Brasil, fato que impulsionou o parque industrial nacional e diversificou o mercado interno – fazendo com que a antiga produção industrial se reorganizasse a partir das novas técnicas que aqui foram introduzidas. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 128).

Isso significava que o imperialismo das economias centrais não travaria, necessariamente, o nosso desenvolvimento, como sempre supuseram os marxistas mais ortodoxos. Poderíamos ter desenvolvimento econômico – como de fato estávamos tendo – sem que isso significasse uma maior autonomia política para o país. Aí está uma tese fundamental de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: era possível uma autonomia sem desenvolvimento, ou o contrário, como era o caso brasileiro, um desenvolvimento sem autonomia. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 27).

Essa percepção, evidentemente, ligava-se à redefinição a que foram submetidos os conceitos de “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” pelos teóricos da *Nova Dependência*. Mais do que conceitos que apontavam para índices de desenvolvimento econômico, ambos os termos designavam as funções que desempenhavam os diferentes países dentro da nova engrenagem do comércio internacional. Assim, o subdesenvolvimento – condição do Brasil e dos países da América Latina – não passava de uma “posição funcional” dentro do sistema do novo capitalismo mundial, assim como, do outro lado, encontrava-se a posição “desenvolvimento”, igualmente importante para o funcionamento do todo. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 26).

Esta percepção de Fernando Henrique e de Falletto foi extremamente inovadora para época. Ela não deixa de derivar de uma visão marxista a respeito do

desenvolvimento econômico das nações. Considera, como todas as teorias marxistas a respeito do imperialismo, que este é uma tendência intrínseca do sistema capitalista, que acaba por levar necessariamente a uma subordinação dos países subdesenvolvidos às potências imperialistas. (BOBBIO, 1988, p. 612). O imperialismo é estrutural.

Contudo, a *Teoria da Nova Dependência* não se caracterizará por um marxismo estrito. Ela define-se, também, em oposição a outras teorias da dependência da época – aquelas que desenvolviam a tese da “superexploração imperialista”. Estas outras tendências – defendidas pelos chamados neomarxistas, como Paul Sweezy, Paul Baran e André Gunder-Frank e, no Brasil, desenvolvidas por Ruy Marini e Theotonio dos Santos – defendiam que o imperialismo condenaria, necessariamente, as nações dependentes a uma situação de superexploração e de subdesenvolvimento. A estrutura do comércio internacional – em que estes últimos países exportavam matérias-primas e ficavam na dependência dos capitais e tecnologia das potências imperialistas – levava a um desequilíbrio. O imperialismo extraía excedente econômico – “mais-valia” – das nações em desenvolvimento através daquela estrutura; internamente, as nações subdesenvolvidas, para compensarem sua perda, extraíam elas mesmas este excedente à custa da exploração dos seus trabalhadores e cidadãos – condenando um país como o Brasil à condição de subdesenvolvimento e pobreza. A única saída, assim, para os teóricos da “superexploração” seria uma revolução socialista. (BOBBIO, 1988, p. 615; PEREIRA, 1982, p. 284).

Os teóricos da *Nova Dependência* não viam a situação deste modo. Reconheciam, como vimos, que o Brasil pagava um preço por seu desenvolvimento nessa nova ordem: o governo perdia a sua autonomia, na medida em que as empresas monopolísticas internacionais exerciam uma influência fundamental sobre as decisões nacionais. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 133). A “estratégia” do imperialismo nos novos tempos, contudo, mudara. Para explicar essa mudança, Fernando Henrique cunhou o termo “internacionalização do mercado interno” – referindo-se à situação em que “os interesses externos radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno”. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 141). Não se trata mais, simplesmente, de forças externas que condicionam o desenvolvimento da periferia; estas forças externas passam a enraizar-se no país e buscam solidariedade “não só nas classes dominantes, mas no conjunto de grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas etc.”. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 142).

Esta nova estrutura internacional, assim, criava um novo tipo de dependência, em que os países latino-americanos passaram a estar “na periferia do mercado mundial e por sua vez nele integrado”. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 115). Com efeito, tal situação era perigosa, pois mantinha esses países, como vimos, numa situação de dependência das grandes unidades monopolistas. Ademais, a tendência, na medida em que esses interesses monopolistas aqui se enraizavam, seria a “reorganização autoritário-corporativa do regime político em busca da estabilidade política em sociedades de massa, mas onde o sistema político não capta a participação popular; acumulação e maior concentração de capitais em uma estrutura de rendas já concentrada”. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 138).

Fernando Henrique Cardoso, diferentemente de outros teóricos da esquerda brasileira da época, não via uma saída para essa situação de dependência em uma revolução socialista. A integração de economias periféricas como o Brasil ao novo cenário internacional era um dado de fato. Contudo, os grupos e as classes que se opunham tanto à guinada autoritária que começa em 1964 quanto à situação de dependência poderiam, agindo por dentro do sistema, mudar esse estado de coisas. Afinal de contas, como Fernando Henrique tenta mostrar, nossa situação de dependência não deriva simplesmente da conjuntura do comércio internacional e do papel que nos é relegado; ela é igualmente o resultado de *opções políticas* das elites e dos grupos que estão no poder e que fazem seus os interesses dos grupos monopolistas internacionais. O curso da nossa História, assim concluem Cardoso e Falleto a sua obra, “depende em grande parte da ousadia dos que se propõem a agir em função de fins historicamente viáveis, [...] da ação coletiva motivada por vontades políticas que tornem factível o que estruturalmente é apenas possível”. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 143).

5. Considerações finais

Todas as três interpretações aqui expostas tentaram, a seu modo, dar uma resposta ao problema dos rumos que o Brasil deveria seguir. Nelson Werneck Sodré preocupava-se, ainda, em vencer o discurso da vocação agrária e em eliminar “os restos feudais”; por este motivo, depositava esperança na liderança de nossa burguesia nacional, que vira ascender a partir de Getúlio Vargas. Sua ascensão, à época, foi

encarada como o sinal da inevitável revolução para parte majoritária dos comunistas brasileiros.

Caio Prado Jr, por sua vez, mostrou que nada era inevitável. O marxismo não podia ser uma teleologia. A ruptura esperada pelo PCB não se realizara. O Brasil deveria, então, desenvolver-se dentro do sistema capitalista em que se encontrava, reformando-o e buscando fugir ao destino de estagnação que prometia o imperialismo – transformando o seu próprio capitalismo.

Já Fernando Henrique, dialogando com estas duas tradições, propôs uma teoria alternativa a respeito de quais rumos tomar. Ao contrário dos outros dois autores, não se preocupou tanto com os legados de nossa formação histórica; tratou de analisar o novo contexto da época e encontrar uma saída para o caso brasileiro e latino-americano. O Brasil era, de fato, capitalista, e, a dependência em relação à estrutura econômica internacional, inevitável. Mas o imperialismo não era, como acreditavam tanto Sodré quanto Caio Prado (cada qual a seu modo), empecilho para o desenvolvimento da Nação. Nosso país, para avançar, deveria consolidar seu “nicho” nessa nova ordem, e adaptar suas estruturas às novas exigências. A “superação ou a manutenção das ‘barreiras estruturais’ ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas ‘condições econômicas’”. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 142).

Os três autores foram representativos de diferentes vertentes de interpretação de nossa formação histórica. Utilizaram-se para suas análises, em maior ou menor medida, do referencial teórico e metodológico marxista, consolidaram-se enquanto cânones interpretativos de nossa realidade. São, sem dúvida, referenciais teóricos que continuam a iluminar o trabalho de historiadores e cientistas sociais nos dias de hoje e a incitar a reflexão a respeito de que Nação queremos ou podemos ser.

Artigo recebido em 14/03/2009. Aprovado em 21/09/2009.

Brazil's historical background: marxist perspectives

Abstract: This article aims to discuss some of the most important interpretations of the Brazilian modern marxist historiography concerning the problems of the historical development of Brazil and of the ways to the national development in the twentieth century. Three distinct interpretative currents are discussed, whose most important figures are Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Fernando Henrique Cardoso.

Keywords: Brazilian Historiography. Nelson Werneck Sodré. Caio Prado Jr. Fernando Henrique Cardoso. Marxism in Brazil.

¹ Aluno do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: alexandreplemos@gmail.com.

² Sodré remete ao fato de que instituições como as sesmarias, e.g., eram típicas do feudalismo europeu. Do mesmo modo, as Cartas de Doação e Forais nos dariam uma amostra da cultura jurídica feudal predominante na legislação portuguesa da época). “[...] o regime escravista, aqui, é estabelecido por senhores que viviam, antes, num meio, o metropolitano, em que vigorava uma etapa mais avançada da produção, a feudal”. (SODRÉ, 1990, p. 76).

Referências:

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 2 volumes. Brasília: UNB, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Seis interpretações sobre o Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 1982, p. 269-306.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. 15 ed.. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução brasileira". *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.19, n.37, Set.1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100012&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 03 nov. 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 13 ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.